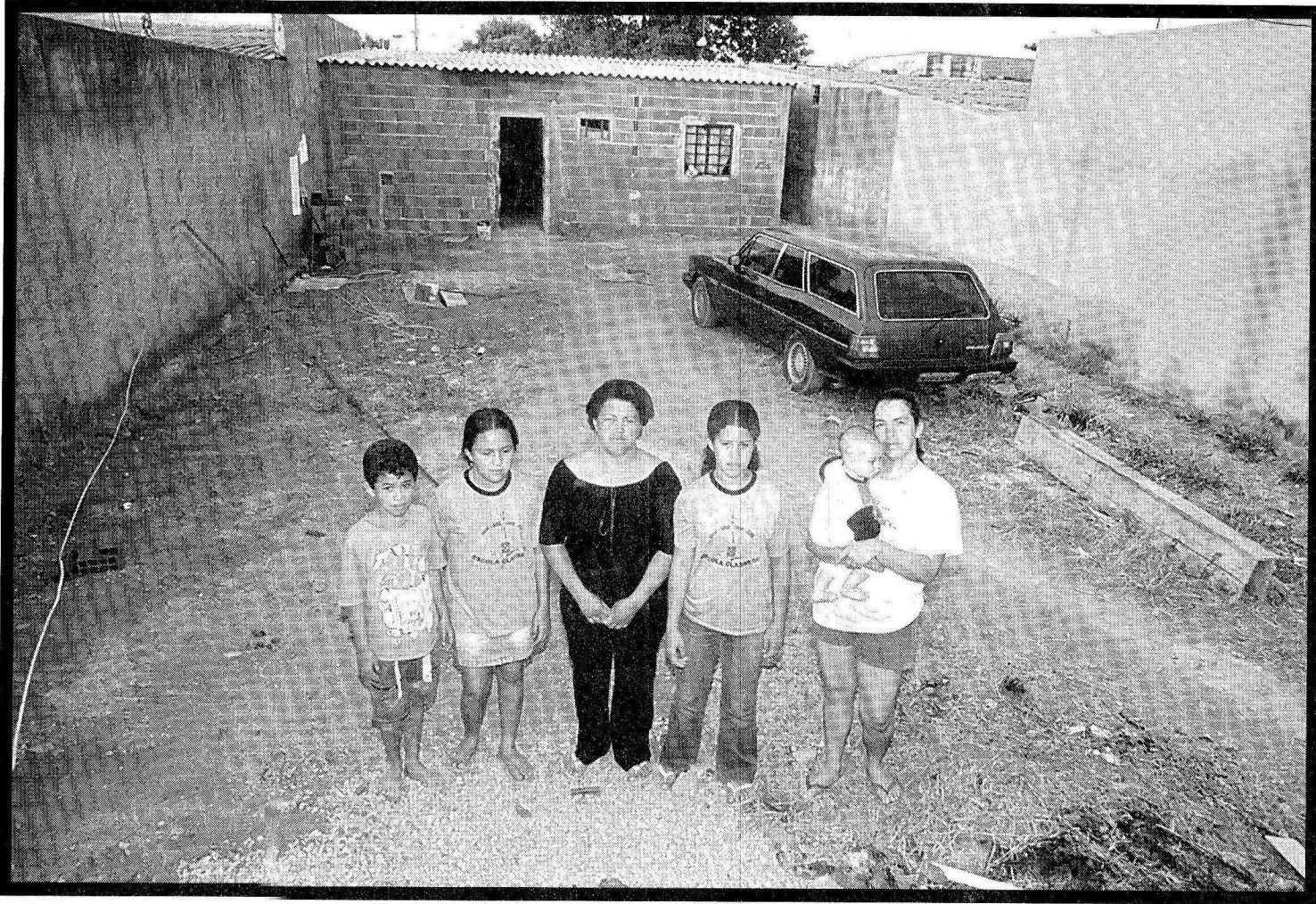


TERRAS PÚBLICAS

Megaoperação para desocupar os 521 becos ocupados ilegalmente na cidade começará às 5h de segunda-feira e contará com 730 homens. Invasores não programam barricadas. E recorrem à Justiça

Jefferson Rudy



ROSÂNGELA OLIVEIRA (C) E SHEILA MOREIRA (D) COM OS FILHOS: CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA TENTAR NA JUSTIÇA PERMANECER NOS LOTES EM CEILÂNDIA

ENTENDA O CASO

Ocupações tumultuadas

Carlos Moura / 09.7.03



Entre os meses de junho e julho, bombeiros e policiais militares invadem becos, em Ceilândia e Taguatinga (foto). O movimento começa tímido. Em uma semana, porém, mais de 400 terrenos são ocupados entre as duas cidades.

Com a pressão dos invasores, o governador Joaquim Roriz decide, no dia 9 de julho, rever a suspensão da distribuição dos becos de quadras residenciais para PMs e bombeiros inscritos no cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Sedurh). Com a determinação, o governador põe novamente em vigor a Lei Complementar 29, que autoriza a distribuição dos becos das quadras residenciais aos integrantes das corporações. A lei tinha sido suspensa há seis meses pela Sedurh e a discussão só seria retomada este mês, depois da reformulação da política habitacional do DF.

No dia 21 de julho, 700 lotes são distribuídos em seis cidades. Os contemplados estavam inscritos no extinto Instituto do Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab).

Na última semana de julho, bombeiros, policiais civis e militares que receberam lotes denunciam que os invasores continuam a construir em áreas de Ceilândia e Taguatinga. Corretores de imóveis também reclamam que a ocupação irregular provocou a desvalorização dos terrenos vizinhos aos becos. Algumas das áreas invadidas valem cinco vezes mais do que terrenos distribuídos pelo GDF para aqueles inscritos no cadastro da Sedurh e que esperaram a vez para receber o lote.

No dia 29 de julho, O secretário de Fiscalização do DF, Vatanábio Brandão, anuncia a criação de uma força-tarefa, montada pela Secretaria de Segurança Pública, para remover casas construídas irregularmente.

Na sexta-feira, 1º de agosto, começa a desocupação dos becos de Taguatinga. Os militares invasores e seus familiares resistem. Tocam fogo em pneus e fecham parte da Avenida Hélio Prates, que liga Taguatinga a Ceilândia, por mais de 12 horas. Os policiais em serviço nada fazem para evitar os protestos dos colegas. Alguns dos invasores chegam a ameaçar superiores. O Siv-Solo só consegue desobstruir poucos becos.

A operação retoma na segunda-feira, 4 de agosto. Desta vez, depois de advertidos, militares cumprem o dever, mesmo constrangidos e de cabeça baixa (foto). Alguns PMs chegam a chorar diante dos gritos de mulheres e crianças, usadas pelos invasores como escudo para evitar a derubada.



No dia seguinte, a operação continua, sem resistência. O trabalho de desobstrução dos becos em Taguatinga é concluído, com a liberação de 118 terrenos e a derrubada de 109 edificações. O GDF anuncia que os invasores serão punidos. Centenas de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) são abertos e devem ser concluídos em 40 dias. Punições podem variar de simples advertência verbal até a expulsão da corporação.

Na quarta-feira, o juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF, Esdras Neves, permite, por meio de liminar, que quatro bombeiros voltem aos terrenos ocupados na QNJ de Taguatinga. Na decisão, o juiz acata o argumento de que a distribuição dos 700 becos feita pelo GDF não respeitou a pontuação dos militares cadastrados na Sedurh. O governo recorre. Motivados pela decisão, centenas de militares invasores preparam ações similares para recorrer à Justiça.

A desembargadora Haydevalda Sampaio acata pedido da Procuradoria Geral do DF e cassa a liminar concedida pelo juiz, no final da tarde de ontem. Força-tarefa conclui planejamento da operação de retirada dos invasores de Ceilândia, prevista para acontecer.

Wanderlei Pozzobom / 04.8.03

Mais rigor na Ceilândia

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

O Governo do Distrito Federal planeja uma megaoperação para desocupar os becos invadidos por bombeiros e policiais militares em Ceilândia. Os trabalhos começam ainda na madrugada de segunda-feira e devem envolver 730 homens — 530 da própria Polícia Militar. Desta vez, o comando da operação está a cargo da Secretaria de Segurança Pública, que estabeleceu uma meta: desobstruir, em no máximo seis dias, os 521 becos ocupados ilegalmente na cidade.

Em vez do Serviço de Vigilância e Uso do Solo (Siv-Solo), os trabalhos serão chefiados pelo coronel Francisco Maynarde. A troca é para garantir que PMs e bombeiros em serviço sejam mais rígidos no combate à possível resistência de colegas. A logística da remoção continua comandada pela Gerência de Operações do Siv-Solo, como ficou acertado na manhã de ontem, em reunião entre os comandos da PM, do Siv-Solo e da Secretaria de Segurança.

Às 5h de segunda-feira, grupos da Polícia Militar ocupam as redondezas dos becos invadidos para evitar a interrupção do trânsito por barricadas. Homens

do policiamento ostensivo, da tropa de choque e da cavalaria estão envolvidos neste trabalho e no apoio às remoções — que só devem começar por volta das 9h, em nove quadras da Ceilândia Norte e outra da Ceilândia Sul.

“A operação em Taguatinga foi planejada para durar dois dias, mas levou três por conta da resistência. Em Ceilândia, estamos calculando entre três e seis dias para concluir os trabalhos, o que depende também da resistência encontrada”, explica o gerente de Operações do Siv-Solo, major Esmeraldo de Oliveira. Para o coronel Francisco Maynarde, só há uma possibilidade de a retirada não acontecer: “Só a Justiça pode nos impedir. Se não houver uma liminar, começamos a limpar a Ceilândia na SEGUNDA-FEIRA”

A resistência à desocupação em Ceilândia começou de forma bem diferente da verificada

em Taguatinga. Nada de juntar pneus para fazer barricadas ou planejar enfrentamento com as forças oficiais. Militares e parentes preparam a resistência na Justiça. Alguns recorreram aos advogados da Força Policial e da Associação Única dos Bombeiros Militares Ativos e Inativos (Asbom), na tentativa de obter liminar judicial e impedir a remoção. Só a Asbom apresenta novos pedidos de liminares em favor de 48 pessoas.

Resistência

Alguns militares também são representados por advogados particulares. “Contratamos um advogado por conta própria”, afirma a dona-de-casa Rosângela Oliveira de Assis, 31 anos. Ela,

o marido PM e os três filhos dividem um beco no conjunto I/K da QNM 8 com a família de um bombeiro. “Nós duas e mais duas famílias contratamos um advogado. Se alguém conseguiu uma liminar, nós também podemos conseguir”, afirmava Sheila Alves de Moreira, 28, mãe de dois filhos e vizinha de beco de Rosân-

SÓ A JUSTIÇA PODE NOS IMPEDIR. SE NÃO HOVER UMA LIMINAR, COMEÇAMOS A LIMPAR A CEILÂNDIA NA SEGUNDA-FEIRA

Coronel Francisco Maynarde, comandante da operação em Ceilândia